

Balanço do Trabalho Parlamentar

Primeiros meses da **XVI LEGISLATURA**

26/03/24 a 17/07/24

Grupo Parlamentar do  **PCP**





PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Tel.: 800200358 / 213919202
gp_pcp@pcp.parlamento.pt

www.pcp.pt
www.pcp.pt/assembleia-republica

1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar	4
I – O trabalho Parlamentar do PCP	4
II – Os Balanços Setoriais	5
Trabalho e Segurança Social	5
Fiscalidade, Orçamento, Banca e Sistema Financeiro	6
Saúde.....	7
Educação e Ensino Superior	8
Habitação, Transportes e Infraestruturas	9
Agricultura.....	10
Ambiente.....	10
Justiça, Administração Interna e Proteção Civil	11
Defesa Nacional	12
Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	12
2. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos / Interpeleções ao Governo	14
3. Comissões Eventuais e de Inquérito	14
4. Debates com Primeiro-Ministro e Governo sobre Política Geral e Sectorial.....	15
5. Declarações Políticas	15
6. Debate do Programa do Governo.....	15
7. Debate do Estado da Nação.....	16
8. Jornadas Parlamentares	16
9. Projetos de Lei	18
10. Projetos de Resolução	20
11. Votos apresentados pelo PCP.....	21

1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar

I – O trabalho Parlamentar do PCP

Os primeiros meses da XVI Legislatura ficam marcados pelo avolumar dos problemas que afetam os trabalhadores e o povo português, com a manutenção dos baixos salários e reformas, a não valorização de carreiras e profissões, a degradação de serviços públicos, pelas dificuldades no acesso à habitação, pelo agudizar das desigualdades e das injustiças, pela não promoção de um sério investimento público nem uma verdadeira aposta na produção nacional. Ao mesmo tempo, verifica-se uma maior concentração da riqueza nos grupos económicos, com a acumulação de lucros colossais.

Esta ausência de resposta por parte do Governo do PSD e do CDS-PP insere-se numa estratégia de aprofundamento da política de direita, que vinha já sendo prosseguida pelo anterior Governo do PS, ao serviço do grande capital, de ataque aos direitos dos trabalhadores, de agravamento da exploração, de entrega dos serviços públicos aos negócios privados, de privatizações, de privilégios aos grupos económicos, enquanto se aprofundam as dificuldades para as micro, pequenas e médias empresas e para o povo.

A vida confirma a apreciação do PCP sobre a natureza e as opções políticas do atual Governo PSD/CDS. Desde o primeiro momento, o PCP assumiu que iria dar combate a estas opções, que nem sequer deveriam poder ser implementadas, tendo para isso apresentado uma Moção de Rejeição ao Programa do Governo, assim como um Projeto de Resolução de rejeição do Programa de Estabilidade.

É num quadro de agravamento político, económico e social que o Grupo Parlamentar do PCP tem desenvolvido o seu trabalho, traduzindo no plano parlamentar o seu programa político e a alternativa patriótica e de esquerda que o seu projeto comporta, enfrentado e responsabilizando o Governo e os partidos da política de direita pelas consequências da sua ação e dando combate a todas as tentativas de imposição de retrocessos de direitos, liberdades e garantias.

Na sua intervenção, o PCP deu prioridade à necessidade de aumento dos salários e das pensões, à eliminação de normas gravosas da legislação laboral e ao reforço dos direitos dos trabalhadores, à valorização das longas carreiras contributivas, ao investimento nos serviços públicos, nomeadamente no Serviço Nacional de Saúde e na Escola Pública, à proteção e acesso à habitação, à criação de uma rede pública de creches, à valorização dos profissionais de saúde, nomeadamente dos professores,

das forças e serviços de segurança, dos funcionários judiciais, dos militares, dos bombeiros, de valorização das carreiras e das profissões dos trabalhadores dos setores público e privado. Apresentámos um Programa de Emergência para a Regularização da Documentação dos Imigrantes.

De sublinhar a intervenção do PCP pela justiça fiscal, no alívio da tributação sobre os rendimentos baixos e intermédios e por uma tributação eletiva dos rendimentos altos, pela defesa do investimento público, nomeadamente a construção do novo aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete, da Terceira Travessia do Tejo e da Alta Velocidade Ferroviário, pelo investimento na ferrovia e pela eliminação das portagens nas ex-scut's. Salienta-se ainda a proposta de constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito à privatização da ANA, prejudicial para o interesse público, questão sobre a qual o PCP irá continuar a intervir, assim como as propostas de combate à corrupção.

Igualmente presente, a defesa da Paz, em especial pelo reconhecimento do Estado da Palestina pelo Governo português e pelo fim do massacre ao povo palestiniano.

Neste balanço procuraremos destacar as principais iniciativas e propostas apresentadas nestes primeiros 4 meses da XVI Legislatura, de entre um total de **75 iniciativas**, divididas entre **46 Projetos de Lei**, **28 Projetos de Resolução** e a nossa proposta de **Inquérito Parlamentar à privatização da ANA Aeroportos**, que foi rejeitada com os votos contra do PSD, PS, CDS e a abstenção do CH.

Destacamos também as três Audições Parlamentares que realizámos neste período: **Reunião com Associações Académicas sobre Ensino Superior**; a audição sobre **Medidas Urgentes para o Serviço Nacional de Saúde** e a audição sobre o **Novo Aeroporto de Lisboa, Terceira Travessia e Alta Velocidade Ferroviária**.

A ação, intervenção e luta do PCP prosseguirá, na denúncia das opções políticas do Governo PSD/CDS que conduz à degradação das condições de vida, para servir os grandes interesses; no desmascaramento de uma política que não serve o povo, nem o País e que tem de ser interrompida e na afirmação da política alternativa, possível e necessária para uma vida melhor e para o desenvolvimento do País.

II – Os Balanços Setoriais

Trabalho e Segurança Social

O PCP prosseguiu o combate contra as normas gravosas do Código do Trabalho, com projetos de lei com vista à revogação do regime de caducidade das convenções e da adaptabilidade dos horários, bem como à reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.

A redução dos horários de trabalho para as 35 horas semanais, a consagração dos 25 dias úteis de férias e a regulação do trabalho noturno e por turnos, a promoção da participação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde e a revisão do regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais foram outras medidas propostas.

O PCP propôs também a atualização do salário mínimo nacional para os mil euros em 2024 e das pensões e reformas até perfazer 7,5% e pelo menos 70 euros para todos, com a sua atualização anual.

Ainda na área da segurança social, apresentou iniciativas para a reposição da idade legal de reforma aos 65 anos, a eliminação das penalizações e do fator de sustentabilidade na reforma antecipada para trabalhadores com longas carreiras e desempregados de longa duração.

Fiscalidade, Orçamento, Banca e Sistema Financeiro

Na política fiscal, o PCP apresentou uma proposta para o alívio do IRS sobre os rendimentos mais baixos e intermédios, promovendo simultaneamente uma tributação mais adequada dos rendimentos mais elevados. A proposta do PCP, que envolvia alterações nas taxas e a atualização da dedução específica (congelada há mais de 10 anos), embora abrangesse todos os contribuintes, incidia a maior parte do alívio fiscal nos rendimentos mais baixos e intermédios, ao contrário da proposta do Governo, que propunha alívios mais significativos em rendimentos mais elevados do que nos rendimentos intermédios. Por outro lado, a proposta do PCP introduzia o englobamento obrigatório para rendimentos prediais e de capital superiores a 80 mil euros anuais, que hoje podem pagar taxas inferiores às de rendimentos de trabalho intermédios; criava um 10.º escalão, fixando na estrutura do IRS a Taxa Adicional de Solidariedade e aumentando a sua tributação em 3 pontos percentuais; e punha fim ao fim do injusto regime dos residentes não-habituais. Esta proposta permitiria aliviar a tributação sobre rendimentos mais baixos e intermédios, mas, por ter medidas de aumento da receita, não poria em causa o financiamento das funções sociais do Estado. Tendo sido rejeitada pela convergência de votos entre PS, PSD, CDS, IL e CH, o PCP contribuiu para que outra proposta de alívio

do IRS fosse aprovada, que, ao contrário da proposta do Governo, não reduzia a progressividade do imposto.

Foi ainda apresentado um projeto de lei para que a tributação do IVA em bens essenciais, como a energia ou as telecomunicações, deva ser à taxa mínima de 6%, revertendo o aumento realizado pelo anterior Governo PSD/CDS e mantido pelo Governo PS.

O PCP interveio no sentido de desmascarar a intenção do Governo PSD/CDS de usar uma suposta situação de alarme relativamente às contas públicas para abrir caminho ao incumprimento de promessas eleitorais e à ainda maior degradação dos serviços públicos e dos níveis de investimento público, denunciando ainda medidas como o IRS Jovem ou a significativa redução do IRC, que só vão agravar as injustiças

O PCP interveio ainda num conjunto de audições sobre o negócio de venda das barragens do Douro, realizado entre a EDP e um consórcio liderado pela Engie, que montaram um esquema para fugir ao pagamento de qualquer imposto neste negócio de 2.200 milhões de euros (que o PCP desde a primeira hora recusou), bem como para evitar o pagamento do IMI. Igualmente, confrontou o Governo com a sua função de acionista do banco público CGD, com vista a estancar a perda de quota de mercado, o encerramento de balcões e a saída de trabalhadores; e com a necessidade de contratar mais trabalhadores para a Autoridade Tributária e Aduaneira, valorizando os seus trabalhadores.

Saúde

Na saúde, destaque para o Programa de Emergência para o Serviço Nacional de Saúde, apresentado pelo PCP, com soluções concretas para assegurar o acesso dos utentes aos cuidados de saúde e valorização dos profissionais de saúde, assente em cinco eixos: a contratação, atração e retenção de profissionais de saúde, através da melhoria das suas condições de trabalho; a melhoria do acesso aos cuidados, valorização e prevenção das doença e promoção da saúde, bem como a garantia do acesso aos medicamentos; o reforço dos meios financeiros e técnicos e o aumento da capacidade do SNS; a promoção da gestão democrática no SNS e a disciplina das relações do Estado com o setor privado, promovendo a sua verdadeira fiscalização.

Um sublinhado para a proposta de criação de um regime de dedicação exclusiva de carácter opcional, dirigido a médicos e enfermeiros, com possibilidade de alargar a outros profissionais de saúde em

carência no SNS, com majoração do rendimento base em 50% e da contabilização do tempo de serviço para efeitos de progressão.

Nestes primeiros meses o PCP realizou também uma audição pública sobre as medidas urgentes para salvar o SNS, e requereu a presença da Ministra da Saúde na respetiva comissão, para prestar esclarecimentos sobre a situação nas urgências hospitalares e sobre o INEM.

Na defesa do SNS, universal, geral, público e gratuito e do direito à saúde consagrado constitucionalmente, o PCP denunciou as opções políticas do Governo PSD/CDS, de prosseguir com grande aceleração o caminho iniciado pelo anterior Governo de maioria absoluta do PS, a entrega de recursos financeiros do SNS para alimentar os lucros dos grupos privados.

Educação e Ensino Superior

Na área da Educação, o PCP apresentou um conjunto de iniciativas que vão ao encontro da valorização da Escola Pública e do direito à Educação. Deste modo e tendo em conta as necessidades, apresentou um Projeto de Lei que previa a criação de uma rede pública de ensino em creche e ensino pré-escolar.

Considerando que a Educação e a Escola devem ser em todas as suas dimensões um espaço pedagógico, mas também lúdico e social, o PCP apresentou um Projeto de Resolução que recomenda a valorização e promoção dos recreios.

Defendendo a valorização contínua, como modelo de avaliação mais equitativo, o PCP apresentou um Projeto de Resolução onde previa a eliminação dos exames e a revisão do regime de provas de aferição. Projeto que acabou rejeitado.

Por último, o PCP continua a defender a contabilização do tempo de serviço para todos os professores e educadores, tendo apresentado um Projeto de Lei nesse sentido.

Já no Ensino Superior, o PCP apresentou propostas de alteração no sentido da garantia de atribuição de complemento de alojamento a todos os estudantes deslocados provenientes de agregados familiares de rendimento anual inferior aos constantes do limite do 6.º escalão de IRS, inclusive. Proposta aprovada.

Habituação, Transportes e Infraestruturas

Perante o agravar da situação no que respeita ao acesso de todos os cidadãos a uma habitação condigna, o PCP, a para da defesa do aumento da oferta pública de habitação, apresentou as suas propostas de controlo de rendas e de proteção dos inquilinos, nomeadamente com a suspensão provisória dos despejos, e a exigência de que sejam os lucros astronómicos da banca a suportar os aumentos das taxas de juro do crédito à habitação definidas pelo BCE, aliviando o peso que estes têm nos rendimentos das famílias.

Perante o conhecimento do Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas à privatização da ANA Aeroportos, e o reconhecimento de mais um negócio ruinoso para o País o PCP propôs a realização de um Inquérito Parlamentar (proposta rejeitada pelo PS, PSD e CDS) e promoveu um conjunto de audições sobre o tema na Comissão de Economia, Obras Públicas, e Habitação.

O processo em curso de nova privatização da TAP motivou a intervenção do PCP, com questionamentos ao Governo sobre os crimes e desmandos cometidos no último processo de privatização e pela gestão privada da Companhia e que a CPI realizada na anterior Legislatura e o intenso trabalho realizado pelo PCP permitiram evidenciar.

De registar ainda a proposta para que a medida da eliminação das portagens fosse aplicada em todas as ex-SCUT e incluísse a reversão dos ruinosos contratos de concessão (proposta rejeitada pelo PS, PSD e CDS), bem como, no sector do transporte de passageiros, as propostas apresentadas para a definição de contingentes de TVDE e a suspensão imediata de atribuição de licenças.

No transporte fluvial, destaca-se o questionamento ao Governo sobre as opções para a Transtejo e a Soflusa, as necessidades de investimento e de reforço de pessoal para a capacidade de resposta (e sobre a forma como os navios elétricos estão a ser incorporados na operação); e ainda a proposta para a resgatar o direito ao transporte público fluvial entre as margens do Rio Sado e incluir esse serviço no passe atualmente em vigor.

Nas Infraestruturas. a realização de uma Audição Pública sobre os investimentos estruturantes novamente anunciados para a Área Metropolitana de Lisboa, o Novo Aeroporto de Lisboa no Campo

de Tiro de Alcochete, a Terceira Travessia do Tejo em modo rodoferroviário e a Alta Velocidade Ferroviária, há muito defendidos pelas populações e pelo PCP

MPME's e Setores Produtivos

O PCP continuou a acompanhar a situação dramática da EFACEC, onde se confirmam todas as preocupações que o PCP e os trabalhadores sempre manifestaram e a necessidade de inverter a privatização feita pelo Governo PS.

Foi também desenvolvido trabalho na denúncia da política do Governo PSD/CDS de delapidação dos recursos públicos em maiores benefícios às grandes empresas e a completa ausência de medidas que promovam a atividade das MPME, apontando uma política alternativa de aumento geral dos salários também como fator de dinamização do mercado interno e a intervenção que é manifestamente necessária na redução dos custos com a energia, crédito, seguros, telecomunicações, combustíveis e matérias-primas.

Agricultura

O PCP tomou a iniciativa em defesa dos rendimentos dos agricultores, produtores florestais e pescadores nomeadamente em defesa dos Baldios e pelo fim das discriminações de que são alvo nos apoios, por uma mais justa revisão do PEPAC, pela adoção de medidas extraordinárias destinadas aos produtores de uva a braços com as consequências das políticas neoliberais da União Europeia, pelas urgentes intervenções nas comportas da Maria da Mata que afetam negativamente os produtores de arroz no Baixo Mondego e em defesa do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar e pelo cumprimento imediato das promessas eleitorais do PSD e CDS de reconstituição e reposição das competências das DRAP e demais serviços desconcentrados do Ministério da Agricultura e Pescas que foram extintos. Foram também apresentadas iniciativas para a exigência de mecanismos que garantam os rendimentos dos pescadores e condições de trabalho.

Ambiente

O PCP apresentou um projeto de lei que estabelece a estrutura e a orgânica das áreas protegidas. Pretende-se garantir a prioridade à conservação, a compatibilização desta com a fruição da natureza pela população e com as atividades tradicionais, garantir uma proximidade, e maior autonomia

financeira, não apenas designando um diretor para cada área protegida, mas consagrando cada área como organismo de direção intermédia da administração central.

Foram também apresentados projetos de resolução sobre problemas ambientais presentes em diversas localidades, como é o caso das Dunas de Ovar e das Covas do Barroso, relativamente à exploração do lítio.

Justiça, Administração Interna e Proteção Civil

Em matéria de defesa do interesse público e da transparência foi proposta pelo PCP a proibição do recurso à arbitragem por parte do Estado em litígios que o envolvam em matéria administrativa e fiscal. E, ainda, um projeto de lei de combate às chamadas "portas giratórias" entre os cargos políticos e os grupos económicos, reforçando o regime de impedimento do exercício de cargos em empresas privadas por parte de titulares de cargos políticos executivos e o respetivo regime sancionatório.

A situação que se verifica no nosso país em matéria de imigração, com centenas de milhares de processos de autorização de residência pendentes na Agência para a Integração, Migrações e Asilo sem obter qualquer resposta, é calamitosa a vários títulos.

Para o PCP, a prioridade máxima devia ser a resolução dos mais de 400.000 processos de regularização pendentes na AIMA. O PCP propôs a adoção de um Programa de emergência para a regularização dos processos de autorização de residência pendentes na AIMA. Esse programa passa por uma mobilização transitória e excecional de recursos humanos, espaços físicos e meios logísticos para, num período de seis meses, entre outubro de 2024 e março de 2025 proceder à regularização dos processos pendentes.

Relativamente ao funcionamento dos Tribunais, para atingir o necessário reforço de meios, o PCP propôs a incorporação do suplemento de recuperação processual no vencimento dos funcionários judiciais, assim como a conclusão da Revisão do Estatuto dos Funcionários Judiciais.

Grande preocupação mereceu a reinserção e aos serviços prisionais tendo sido apresentados projetos para a criação de uma carreira de técnico de reinserção da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, para eliminar as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo

da Guarda Prisional em funções nas Regiões Autónomas e no sentido de serem realizadas a valorização salarial e promoções devidas a estes profissionais.

O PCP apresentou diversas propostas com o objetivo de valorizar as condições de trabalho das forças e serviços de segurança, incluindo a atribuição do suplemento de missão aos seus profissionais e a aprovação do estatuto da condição social. Propusemos o reforço do regime de direitos dos profissionais da GNR e de participação das respetivas associações representativas da Guarda Nacional Republicana, assim como o direito à greve dos profissionais da PSP.

O serviço prestado pelos bombeiros é frequentemente enaltecido, mas não é suficientemente valorizado, razão pela qual o PCP apresentou dois projetos de lei para reforçar os direitos e regalias dos bombeiros, alterando o regime do seu estatuto social e outra iniciativa que reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido.

Defesa Nacional

Colocando como questão central e decisiva para a Defesa Nacional e para as FFAA a garantia de condições de valorização remuneratória e social dos Militares, o PCP apresentou uma iniciativa pela revisão do regime remuneratório, para pôr fim aos incumprimentos em matéria de promoções e graduações e pela realização dos investimentos necessários nas unidades militares. Foi também apresentado um Projeto de Lei com vista à consagração do complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade para os Antigos Combatentes; a iniciativa para a defesa dos direitos dos profissionais da Polícia Marítima.

Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

No plano dos Negócios Estrangeiros é de destacar a intervenção do PCP na defesa da cooperação e na amizade entre os povos e da paz, pelo fim da guerra na Ucrânia, na palestina, e nos diversos conflitos armados.

Neste contexto, um registo particular para a defesa à autodeterminação do povo Palestino, com a apresentação de um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo o reconhecimento do Estado da palestina, e a exigência de uma intervenção do Governo no plano diplomático para o cessar fogo imediato e permanente, a entrada da ajuda humanitária em Gaza, a libertação dos reféns israelitas e

dos presos palestinianos e a criação do Estado da Palestina, soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e a capital em Jerusalém oriental, em cumprimento das resoluções aprovadas nas Nações Unidas, bem como o direito de retorno dos palestinianos deslocados.

2. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos / Interpelações ao Governo

- **Agendamento Potestativo do PCP - (27/06/24) - Programa de emergência para a regularização dos processos de autorização de residência pendentes na AIMA**

Projeto de Lei n.º 173/XVI/1.ª - [Aprova um programa de emergência para a regularização dos processos de autorização de residência pendentes na Agência para a Integração, Migrações e Asilo](#)

Intervenção de António Filipe - [PCP propõe a adoção de um programa de emergência para a regularização dos processos de autorização de residência pendentes na AIMA](#)

Intervenção de António Filipe - [Importante é recrutar, durante aquele período, o número de pessoas precisas para resolver rapidamente o problema da regularização dos processos na AIMA](#)

Intervenção de António Filipe - [Chegámos a esta situação dos 400 mil ilegais e por isso é preciso este problema](#)

Intervenção de António Filipe - [Não queremos trabalhadores ilegais a trabalhar em Portugal, queremos que sejam devidamente legalizados](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [O PS quando estava no Governo não tomou nenhuma medida para resolver os problemas na AIMA](#)

Intervenção de Paula Santos - [As medidas que o Governo PSD/CDS anunciou na área da imigração vão promover, de facto, a imigração ilegal](#)

Intervenção de António Filipe - [A situação na AIMA exige um programa de emergência. PSD, PS, Chega, IL e CDS recusam](#)

3. Comissões Eventuais e de Inquérito

Comissão Parlamentar de Inquérito - Gémeas Tratadas com o Medicamento Zolgensma

[Consultar trabalhos](#)

4. Debates com Primeiro-Ministro e Governo sobre Política Geral e Sectorial

Data	Debate	Tema
17/05/24	Debate Setorial - MIH	O governo PSD/CDS fala em habitação pública, mas o que pretende é transferir a sua gestão para o grande negócio imobiliário por via de novas PPP O Governo PSD/CDS pretende partir a ferrovia aos bocados, segmentar a rede e liberalizar a ferrovia
26/06/24	Debate com PM	Não é apertando salários e com a banca a lucrar 12 milhões € por dia que se combate o custo de vida
26/06/24	Debate preparatório CE	«Em vez de adoptar soluções para melhorar as condições de vida dos povos, a União Europeia dê prioridade ao militarismo»

5. Declarações Políticas

Data	Deputado	Tema
25/04/2024	Paulo Raimundo	Abril é o caminho que é necessário retomar, dos direitos, sonhos e realização
12/06/2024	António Filipe	O Estado fica assim na posição a que se refere a canção brasileira: se fugir o bicho pega, se ficar o bicho come

6. Debate do Programa de Estabilidade

- **Debate do Programa de Estabilidade - (24/04/24)**

Projeto de Resolução n.º 51/XVI/1.ª - [Rejeita o Programa de Estabilidade e a política de direita, responder às necessidades do Povo e do País](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Este programa de estabilidade é um instrumento ao serviço do grande capital](#)

7. Debate do Programa do Governo

[Discussão do Programa do XXIV Governo Constitucional \(11/04/24\)](#)

Moção de [Rejeição do Programa do XXIV Governo Constitucional](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [Não alimentamos ilusões, rejeitamos um programa de governo que está claramente ao serviço dos grupos económicos](#)

Intervenção de Paula Santos - [Nos serviços públicos a palavra de ordem do Governo é privatizar](#)

Intervenção de António Filipe - [O que se pode esperar deste Governo é o retrocesso](#)

Intervenção de Paula Santos - [Os fundos comunitários acabam sobretudo por ser uma transferência de dinheiro público para as grandes empresas](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [A inexistência de um ministério dedicado ao Ensino Superior não é um pormenor](#)

Intervenção de António Filipe - [O que se exige ao Governo é que cumpra as promessas que fez aos sectores profissionais](#)

Intervenção de Paula Santos - [Os jovens não ficam em casa dos pais por causa do IRS, mas sim porque os salários são baixos](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [Damos firme combate ao governo. O seu programa só pode ter a rejeição do PCP](#)

Intervenção de Paula Santos - [O chumbo da Moção do PCP deixa claro quem se opõe e quem apoia a política de direita](#)

8. Debate do Estado da Nação

Debate do estado da Nação (17/07/24)

Intervenção de Paulo Raimundo - [Aqui nesta Assembleia, não faltam apoios aos grupos económicos](#)

Intervenção de Paula Santos - [O que marca os primeiros meses de governação do PSD e CDS são as crescentes dificuldades de quem vive do seu trabalho](#)

Intervenção de António Filipe - [Cada vez mais portugueses trabalhem sem ter um salário digno que lhes permita viver](#)

9. Jornadas Parlamentares

Jornadas Parlamentares do PCP com Deputados do PCP no Parlamento Europeu

Sesimbra, 20 e 21 de maio de 224

Intervenção de abertura das Jornadas, Paula Santos, Presidente do Grupo Parlamentar do PCP - [consultar](#)

Intervenção de abertura das Jornadas, Paulo Raimundo, Secretário-Geral do PCP - [«O País consegue produzir mais, pode produzir mais e deve produzir mais»](#)

Intervenção de Abertura das Jornadas, Sandra Pereira, Deputada do PCP no Parlamento Europeu - [«Precisamos de ter no Parlamento Europeu quem combata as injustiças, as desigualdades, a dependência, a subordinação do país»](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas, Paula Santos - [consultar](#)

10. Projetos de Lei

Tipo	Nº	Título	Área
Pjl	208	Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à 5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional	Administração Interna
Pjl	207	Reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido	Administração Interna
Pjl	203	Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro)	Administração Interna
Pjl	152	Reforça o regime de direitos dos profissionais da Polícia Marítima e de participação das respetivas associações representativas (Primeira alteração à Lei n.º 53/98, de 18 de agosto e à Lei n.º 9/2008, de 19 de fevereiro)	Administração Interna
Pjl	151	Reforça o regime de direitos dos profissionais da Guarda Nacional Republicana e de participação das respetivas associações representativas (Primeira alteração à Lei n.º 39/2004, de 18 de agosto, terceira alteração à Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 233/2008, de 2 de dezembro que regulamenta o exercício do direito de associação pelos profissionais da GNR)	Administração Interna
Pjl	150	Consagra o direito à greve dos profissionais da PSP (2.ª alteração à Lei n.º 14/2002, de 19 de fevereiro)	Administração Interna
Pjl	149	Aprova o estatuto da condição policial	Administração Interna
Pjl	7	Atribui um suplemento de missão aos profissionais das forças e serviços de segurança	Administração Interna
Pjl	140	Repõe o regime de férias na função pública, designadamente o direito a 25 dias úteis de férias anuais e majorações de dias de férias em função da idade, procedendo à 19.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	Administração Pública
Pjl	178	Estrutura a orgânica e a forma de gestão das áreas protegidas	Ambiente
Pjl	153	Altera o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março	Assuntos Constitucionais
Pjl	62	Consagra o complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade para os antigos combatentes	Defesa
Pjl	173	Aprova um programa de emergência para a regularização dos processos de autorização de residência pendentes na Agência para a Integração, Migrações e Asilo	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	6	Contabilização integral do tempo de serviço dos professores e educadores	Educação e Ciência
Pjl	141	Redução do IVA da Energia e das Telecomunicações (Altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro)	Energia
Pjl	91	Defende a habitação própria e permanente, protege os inquilinos no arrendamento urbano e promove o correto urbanismo	Habitação
Pjl	5	Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação	Habitação
Pjl	4	Aprova o Regime Especial de Proteção da Habitação Arrendada	Habitação
Pjl	127	Integração do suplemento de recuperação processual no vencimento dos funcionários judiciais (1.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro)	Justiça
Pjl	44	Proíbe o Estado de recorrer à arbitragem para resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal	Justiça
Pjl	43	Combate as "portas giratórias" entre os cargos políticos e os grupos económicos, reforçando o regime de impedimento do exercício de cargos em empresas privadas por parte de titulares de cargos políticos executivos (quinta alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho)	Justiça
Pjl	81	Eliminação de portagens em autoestradas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	63	Suspende a atribuição de licenças de TVDE até à conclusão do processo de avaliação e revisão do regime legal vigente	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	68	Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	Orçamento e finanças
Pjl	47	Obriga a comunicação e cria a contribuição especial sobre transações financeiras para paraísos fiscais	Orçamento e finanças
Pjl	58	Valorização profissional e remuneratória dos enfermeiros no SNS	Saúde

Pjl	3	Regime de dedicação exclusiva no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjl	162	Promoção dos direitos das crianças através da valorização do abono de família a crianças e jovens, com vista à sua universalidade e da valorização do abono pré-natal	Segurança Social
Pjl	161	Criação de uma rede pública de creches	Segurança Social
Pjl	121	Alarga as condições de acesso das pessoas com deficiência à Prestação Social para Inclusão e altera o momento a partir do qual esta prestação é devida aos beneficiários (5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro)	Segurança Social
Pjl	120	Valoriza as longas carreiras contributivas, garantindo a antecipação da pensão sem penalizações aos beneficiários que completem 40 anos de descontos	Segurança Social
Pjl	119	Revoga o fator de sustentabilidade e repõe a idade legal de reforma aos 65 anos	Segurança Social
Pjl	118	Eliminação de penalizações aos trabalhadores que já tenham acedido à pensão antecipada	Segurança Social
Pjl	117	Eliminação da aplicação do fator de sustentabilidade às pensões por desemprego involuntário de longa duração e prevê a revisão dos regimes e medidas especiais de antecipação da idade de acesso à pensão de velhice	Segurança Social
Pjl	160	Altera o regime de trabalho temporário, limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (20.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	159	Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (20.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	139	Consagra o direito a um mínimo de 25 dias úteis de férias anuais para todos os trabalhadores	Trabalho
Pjl	122	Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva (20.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	104	Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade individual (20.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	103	Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos	Trabalho
Pjl	102	Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores (20.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	84	Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho	Trabalho
Pjl	83	Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro	Trabalho
Pjl	82	Promove a participação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho (7.ª alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro que estabelece o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho)	Trabalho
Pjl	2	Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador (alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)	Trabalho
Pjl	1	Revoga o regime de caducidade da contratação coletiva	Trabalho

11. Projetos de Resolução

Tipo	Nº	Título	Área
Pjr	217	Recomenda ao Governo a adoção de medidas para os produtores de uva para vinho	Agricultura e Pescas
Pjr	163	Pela reconstituição das Direções Regionais de Agricultura e Pescas e demais serviços desconcentrados do Ministério da Agricultura que foram extintos	Agricultura e Pescas
Pjr	148	Em defesa da pesca nacional e dos rendimentos dos pescadores e produtores	Agricultura e Pescas
Pjr	108	Recomenda ao Governo a valorização dos baldios eliminando os cortes na elegibilidade das áreas de baldios para efeito de atribuição de apoios	Agricultura e Pescas
Pjr	104	Recomenda ao Governo a intervenção nas comportas da Maria da Mata e a proteção da produção de arroz na região do Baixo Mondego	Agricultura e Pescas
Pjr	132	Recomenda ao Governo medidas para a salvaguarda do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar	Ambiente
Pjr	1	Constituição de uma Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos	Assuntos Constitucionais
Pjr	47	Pela valorização remuneratória e social dos militares das Forças Armadas	Defesa
Pjr	51	Rejeita o Programa de Estabilidade e a política de direita, responder às necessidades do Povo e do País	Economia
Pjr	142	Valorizar os recreios, promover o seu papel pedagógico, lúdico e social	Educação e Ciência
Pjr	60	Aprovação de novos modelos de avaliação dos alunos, assentes em princípios de avaliação contínua, eliminando os exames e revendo o regime de provas de aferição incluindo a digitalização	Educação e Ciência
Pjr	110	Travar a especulação, garantir e proteger o direito à habitação	Habitação
Pjr	206	Recomenda ao Governo a criação da carreira de técnico de reinserção, da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais	Justiça
Pjr	54	Recomenda ao Governo que conclua a revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça e proceda à contratação urgente de funcionários judiciais	Justiça
Pjr	4	Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	223	Pela construção dos troços em falta do IC3 e da Ponte da Chamusca	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	177	Recomenda ao Governo o descongelamento e correção do Plano Ferroviário Nacional de modo a investir na ferrovia e enfrentar as dificuldades	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	149	Resgatar o direito ao transporte público fluvial entre as margens do Rio Sado	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	119	Pela urgente requalificação da Estrada Nacional 103	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	101	Pela manutenção do Parque de Campismo da Galé, no concelho de Grândola	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	131	Pela valorização do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, em Cantanhede, e do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais, na Tocha	Saúde
Pjr	99	Pela construção de uma nova ala de Cardiologia Pediátrica no Hospital de Santa Cruz	Saúde
Pjr	98	Construção do novo hospital público do Oeste	Saúde
Pjr	59	Programa de emergência para o Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjr	40	Pelo acesso a produtos não farmacológicos para o tratamento da doença inflamatória do intestino, nomeadamente a doença de Crohn	Saúde
Pjr	90	Pelo aumento mensal do valor da componente base e atualização do valor de referência da Prestação Social para a Inclusão	Segurança Social
Pjr	3	Aumento das reformas e pensões no ano de 2024	Segurança Social
Pjr	2	Aumento do Salário Mínimo Nacional	Trabalho

12. Votos apresentados pelo PCP

Tipo	Nº	Data	Título
Voto	217	10/07/2024	De pesar pelo falecimento de Armando Carvalhêda
Voto	204	04/07/2024	De condenação da proibição da difusão de órgãos de comunicação social
Voto	203	04/07/2024	De saudação pelo regresso de Julian Assange à liberdade
Voto	128	11/06/2024	De saudação por ocasião do Dia Internacional do Brincar
Voto	96	24/05/2024	De saudação ao centenário da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto
Voto	95	24/05/2024	De saudação à Associação dos Deficientes das Forças Armadas no seu 50.º aniversário
Voto	94	24/05/2024	De saudação aos bombeiros portugueses por ocasião do Dia Nacional do Bombeiro
Voto	43	10/05/2024	De condenação da política de ingerência, desestabilização e agressão contra a República Bolivariana da Venezuela
Voto	21	30/04/2024	De pesar pelo falecimento de Sérgio Ribeiro